



VIA DIRETA

BOLETIM INFORMATIVO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

INSTITUÍDO PELA PORTARIA/DIREF 091/2003

Ano X – n. 04

Servidores da Justiça Federal fazem doação a vítimas das alagações



Os servidores da Justiça Federal do Acre, sensibilizados com as dificuldades que milhares de pessoas vítimas das alagações estão enfrentando, doaram alimentos não perecíveis, vestuários, material de limpeza e fraldas descartáveis. O total arrecadado foi de, aproximadamente, 300 quilos de alimentos, 30 pacotes de fraldas descartáveis (tamanho P, M e G) e 30 quilos de roupas e calçados. Foi doado um kit contendo 2 sacolões e fraldas descartáveis para cada um dos 5 colaboradores da Seccional e para 1 funcionário do restaurante que moram em áreas alagadas. O restante foi entregue ao Corpo de Bombeiros.

Sucesso da participação da Seção do Acre na Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho

Como resultado do empenho dos membros do Grupo de Qualidade de Vida – AC, com o apoio dos servidores,

direção e magistrados, a Seccional do Acre atingiu a meta mínima de participantes da Pesquisa de Qualidade de Vida, que encerrou no dia 29/02/2012.

Fizemos a nossa parte, agora é aguardar as medidas que melhorem o ambiente de trabalho.

Comprovante de rendimentos para declaração de imposto de renda está disponível

A Seção de Pagamento de Pessoal – SEPAG comunica que o comprovante de rendimentos para declaração de imposto de renda já se encontra disponível no site do TRF1: www.trf1.jus.br, Menu: **Administrativos/DIRF**.

Educação Financeira

Segundo o sítio eletrônico da Universidade Gama Filho, o mercado financeiro entendeu que facilitar o crédito para as classes sociais menos favorecidas era mais seguro e mais vantajoso, visto que o risco de inadimplência era menor, uma vez que o cidadão pobre paga suas dívidas em dia, além da possibilidade de praticar taxas de juros mais altas. No Brasil, o endividamento do cidadão está acima do razoável, principalmente com cartão de crédito, cheque especial e em crédito consignado. Segundo Álvaro Modernell, administrador com mestrado em finanças: "... é necessário que se promova a educação financeira, que se traduz em posturas e atitudes adequadas ao planejamento e uso dos recursos pessoais".

O vice-diretor geral da Procuradoria de Defesa do Consumidor (Procon) do DF diz ser necessário educar a população com vistas a conscientizar o consumidor e treiná-lo para mudar a atitude e a maneira de encarar o dinheiro, tendo como meta criar uma cultura de poupança e investimento.

Tanto o consumidor mais jovem como os servidores públicos tem sido alvo fácil para o endividamento.

Na Câmara dos Deputados, em Brasília, desde 2003, em virtude de aproximadamente 20% do quadro de servidores ter algum problema financeiro, foram implementadas ações com vistas a auxiliar seus trabalhadores a repensar a maneira de administrar recursos.

Na Justiça Federal do DF, a analista judiciária Maria José Seabra, após participar de um curso em 2008, aprendeu a administrar seu dinheiro. "Na época eu não sabia quanto ganhava nem quanto gastava, fazia os cálculos de cabeça, me sentia obrigada a ajudar as pessoas que pediam emprestado". Diz ainda: "É preciso abandonar a mentalidade de pobre, que aceita pagar juros embutidos em prestações porque se quer um objeto imediatamente".

*matéria extraída da edição n. 16, set/2011 da Revista Primeira Região.